



***GT01 – Sociedade, política e cultura na América portuguesa (Séc. XVI –XIX)***

***Coordenador(es): Hadassa Melo e José Inaldo Chaves***

## **O ARRAIAL DE PIRANHAS: A CONQUISTA E OCUPAÇÃO DO ALTO SERTÃO DA PARAÍBA NO SÉCULO XVIII.**

Baíza Faustino Soares\*

Rodrigo Ceballos\*\*

O presente trabalho tem por objetivo apresentar as impressões iniciais de pesquisa PIBIC/UFCG/CNPq<sup>1</sup> sobre a dinâmica da conquista dos desbravadores do Alto Sertão paraibano, o Arraial de Piranhas (atual cidade de Pombal - PB), por meio do estudo de doações ou compra e venda de terras, de gado, procurações e cartas de alforria e liberdade praticadas no século XVIII. Esta análise histórica tem como base principalmente as ações comerciais de seus desbravadores presentes em fontes cartoriais. Pensar o Sertão não implica apenas estudar o seu espaço físico, isto é, o bioma da caatinga. Ao falar do Sertão devemos analisar os seus agentes produtores, a sociedade que se formou e como ela se apropriou do espaço físico para atender as suas necessidades, especialmente por meio das teias comerciais e sociais estabelecidas para a criação de interesses locais comuns e/ou relacionados com outras regiões do Brasil colonial.

Palavras-Chave: Arraial de Piranhas; Sertão; Povoação

Após a expulsão dos holandeses em 1654, deu-se início a penetração rumo ao interior da Capitania da Paraíba. Enquanto uns recompunham seus engenhos no litoral, outros

\* Graduanda na Universidade Federal de Campina Grande/CFP (Campus de Cajazeiras). Discente do curso de Licenciatura Plena em História e pesquisadora PIBIC/UFCG/CNPq.

\*\* Professor Adjunto do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Campina Grande/CFP (Campus de Cajazeiras).

<sup>1</sup> Projeto intitulado: PROCURAÇÕES, LIBELOS, ESCRIVÃES E NOBRES DA TERRA: a dinâmica da administração no sertão do Rio Piranhas, Capitania da Parahiba do Norte (1725-1750). Coordenado pelo prof. Dr. Rodrigo Ceballos.

optaram pela pecuária no interior, levando o gado para o Sertão. Os conquistadores com frequência recorriam ao Estado para legitimar os espaços que adentravam, utilizando para isso os pedidos de sesmarias. Alegando ter prestado serviços a Coroa, apelavam ao Governo português e por meio de seus argumentos tentavam induzi-lo a conceder-lhes benefícios. No entanto, estes conquistadores mesmo tendo seu poder legitimado pela Coroa, não eram totalmente submetidos a ela. Por meio de subterfúgios esses homens que diziam terem prestado seus serviços ao rei manipulavam em seu benefício o sistema de sesmarias.

No caso do Ceará, nas primeiras décadas do século XIX, a conquista era voltada para o seu litoral. Entretanto, a partir de 1680 se intensificaram as entradas provenientes de portugueses advindos de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte que estavam em busca de novas terras para o seu gado. Os vassallos do rei enfrentaram fortes lutas contra os índios. Assim, por meio da conquista e da guerra os vassallos lusitanos e o próprio rei viam a possibilidade de ampliar seu ganho e proveito através da formação de domínios fundiários e da escravidão (GOMES, 2009).

A história da conquista do Alto Sertão da Paraíba não tem se mostrado um tema de destaque em pesquisas historiográficas. Neste sentido, este trabalho visa propiciar um melhor entendimento acerca do Sertão paraibano. Devem-se considerar as disputas e vivências nesse espaço que estava em permanente transformação, pois a mobilidade da população era relevante. Na maioria dos casos os homens iam pra o sertão com o intuito de conseguir títulos e terras já que qualquer pessoa poderia ter a possibilidade de obter uma sesmaria. Os conquistadores obtiveram benesses em troca de seus serviços prestados na guerra contra o gentio. Como de costume, no Antigo Regime o monarca ou os governadores das capitânicas concediam aos conquistadores de merecimento e que houvessem prestado seus serviços a Coroa regiões despovoadas e desconhecidas para que nelas instalassem a agricultura e criassem seu gado. Também era comum a concessão de títulos militares como os de sargento-mor e capitão-mor.

Foi a fazenda de gado, os chamados *currais*, que fixou o homem nos sertões da Paraíba. Eram frequentes os pedidos de terras para se criar gado nas cartas de sesmarias. Para ocupar uma data de terra<sup>2</sup> era preciso construir uma casa e currais para o gado. O trato do gado não exigia uma grande demanda de trabalhadores já que os animais eram criados soltos no pasto, era o vaqueiro o principal responsável que cuidava da atividade pecuária. O gado era considerado um produto de grande valor desde o litoral ao interior. Christiane Sarmento

---

<sup>2</sup> Uma data de terras equivalia a 3 léguas (denominação utilizada como medida de longos comprimentos) atualmente em nosso sistema métrico, corresponde a aproximadamente à 108Km<sup>2</sup>.

(2007) considera o gado o símbolo do processo inicial de colonização e povoamento, pois foi uma atividade constante que avançou por todo o sertão paraibano.

O sertão possuía imensas terras que eram adequadas para o desenvolvimento da pecuária. A criação do gado foi a principal atividade econômica e um fator contundente no processo de povoamento do sertão paraibano. Isso atraía outros desbravadores que almejavam ter o poder político, econômico e militar que os D'Ávila, da Casa da Torre, possuíam.

Os Dias d'Ávila foi uma importante família da Capitania da Bahia de Todos os Santos, com propriedades e postos na governança, e que ao longo de gerações alcançou posições de fortuna e de autoridade. Para que seus pedidos de sesmarias fossem aceitos pelo Estado português, os D'Ávila e outros senhores promoveram combates militares em favor de Portugal, como na expulsão holandesa. Esses senhores se envolviam em combates a fim de barganhar favores com a Coroa. Foi por meio destes senhores – que se empenharam em conquistas e ocupações do território – que se deu o início ao processo de colonização do sertão a serviço da Coroa. A Casa da Torre, fundada por Garcia d'Ávila, se tornou a maior proprietária de terras da atual região Nordeste. Foi a primeira a abrir caminho na conquista dos sertões da Paraíba ocupando as terras do Piancó, Piranhas e Rio do Peixe, na Capitania da Parahiba do Norte, a partir de 1664. (SEIXAS, 2004)

No primeiro momento, as explorações do interior da Capitania da Parahiba do Norte se restringiram ao tráfego dos rios, já que quando as explorações eram realizadas pela terra, em sua maioria, tinham o intuito de aprisionar índios e procurar por riquezas minerais. De acordo com Wilson Seixas (2004), a principal responsável pela efetiva conquista e povoação do interior paraibano foi a família Oliveira Ledo.



Jurisdição da Povoação do Piancó e Piranhas e rotas da conquista seguidas por Oliveira Ledo.

(apud GUEDES, 2006, p. 53)

Partindo do pressuposto de que foram os D'Ávila e os sertanistas paulistas os primeiros a abrirem as veredas dos sertões podemos destacar que o capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo já era detentor de um conhecimento prévio acerca dos caminhos que levavam ao interior da Capitania da Parahiba do Norte. A família Ledo era originária da Bahia e chegaram à Paraíba em meados de 1665, ano em que foi organizada a primeira bandeira rumo ao sertão. Navegando pelo rio Paraíba, Teodósio Ledo chegou a Boqueirão de Cabaceiras. Vale ressaltar que neste local se encontrava Antonio de Oliveira Ledo, seu tio. Possivelmente essa entrada já havia sido planejada, ou seja, o capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo já teria um conhecimento anterior acerca das veredas dos sertões. De acordo com a historiografia paraibana, ele é considerado o grande responsável pela colonização do interior da Paraíba: estabeleceu-se no interior e trouxe famílias e índios para povoá-lo.

Teodósio de Oliveira Ledo foi nomeado em 1694 para o posto de capitão-mor das Piranhas, Cariri e Piancos, a fim de ocupar o cargo que anteriormente pertenceu ao seu falecido irmão, Constantino de Oliveira Ledo (SEIXAS, 2004). Teodósio mantinha uma boa relação com o governador-geral do Brasil, Dom João de Lencastro, que assinou a patente de sua nomeação e que lhe era grato pelos serviços prestados nos sertões da Paraíba e nas guerras com os gentios; assim como com o governador da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria, que forneceu-lhe armas e munições com o objetivo de estabelecer o arraial que viria a ser a base inicial de suas operações militares.

No final do século XVII, Teodósio de Oliveira Ledo adentrou no sertão por meio do rio Piranhas. As penetrações rumo ao interior por sua vez não se deram de forma pacífica. Os desbravadores encontraram resistência dos índios. Nessa entrada, Teodósio Ledo venceu o confronto com os índios Pegas.

O gentio da terra não aceitou a presença dos desbravadores e passaram a reagir com o intuito de defenderem suas terras. Essa reação por sua vez eclodiu na chamada *Guerra dos Bárbaros*, conflito entre os conquistadores e o gentio, que recebeu o nome de Confraternização dos Cariris e esteve presente nos sertões das capitanias do Ceará, Rio Grande e Parahiba de 1680 a 1730. A *Guerra dos Bárbaros* teve três momentos distintos. O primeiro estourou na região norte-rio-grandense do Açu, em que os indígenas foram a luta com armas de fogo e munições adquiridas por meio de contrabandistas franceses. O segundo momento teve como cenário a Paraíba, ao longo de toda povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó. Banidos da área, os índios buscaram refugio no Ceará, onde ocorreu a última etapa da *Guerra dos Bárbaros*.

Com o fim da guerra incontáveis índios foram exterminados. Em contrapartida a partir da pacificação e dominação dos índios, os sertanistas puderam dar continuidade a fundação das suas fazendas de gado, que viria a se tornar mais tarde núcleo de povoação. A criação do gado que no começo tinha o objetivo de abastecer as regiões vizinhas, em seguida as feiras, as pousadas foi se desenvolvendo ao ponto de irem se tornando em povoamento, vilas e hoje cidades.

Teodósio Ledo escolheu o sertão das Piranhas para fundar ali o arraial, de acordo com as ordens de Manoel Soares de Albergaria, o então governador da Paraíba. Escolheu um lugar adequado e seguro para os moradores que naqueles sertões criavam seus gados. O arraial ficou conhecido como Piancó. Assim, a atual cidade de Pombal, fundado no Sertão das Piranhas, teve como primeiro nome “Arraial do Piancó” e depois “Arraial de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó”.

*Pombal foi o primeiro agrupamento humano que se formou no Sertão da Paraíba, centro de irradiação territorial e fonte de onde se originaram outros núcleos de população que, hoje, ostentam, sob os mais variados aspectos, a grandeza do seu progresso e o luxo da sua civilização. (SEIXAS, 2004: 130)*

O sertão era dito como o desconhecido interior, a região afastada do mar. Nas representações simbólicas sobre o território colonial, o sertão aparecia como a oposição do litoral colonizado. A ideia de sertão servia para nomear o desconhecido, terra a desbravar, região habitada por selvagens bárbaros. O litoral representava a civilização enquanto as áreas distantes e ainda não conhecidas seriam representadas pela ideia de sertão e *barbarie*. Os sertões eram tidos como terra que ainda precisava ser colonizada; e por estar distante do litoral acreditava-se também estar longe do alcance do governo. Por esta razão, ao que parece, possuía certa autonomia em relação ao poder real. À medida que a colonização avançava as relações com a Coroa mudavam sua dinâmica.

Paulo de Queiroz Guedes (2006) procura mostrar que a colonização do sertão e sua reorganização espacial não foi fruto apenas das ações sociais dos colonizadores, mas também contou com a participação de vários grupos indígenas que da mesma forma contribuíram para o processo de expansão territorial do Império português, um processo multifacetado de inserção, rejeição e transformações constantes por parte dos indígenas ante a nova dinâmica social que se estabelecia no sertão.

O trabalho de Guedes (2006) aborda estudos sobre formação social e territorial, pois segundo o autor todo processo de colonização tem em sua lógica a expansão territorial de um

determinado grupo humano. Portanto, a colonização pressupõe domínio territoriais sendo suas razões fruto de interesses materiais e simbólicos. Para que a colonização ocorresse, foi preciso uma intervenção humana e uma nova ordenação do espaço conquistado. Relações, portanto, íntimas entre sociedade e espaço.

De acordo com Paulo Guedes (2006), o sertão colonial pode ser mais bem compreendido como um registro simbólico do que como um espaço físico delimitável. O sertão, desta forma, estava carregado de uma valoração simbólica construída culturalmente naquele contexto e que foi mudando de conteúdo conforme a colonização avançava.

*Foi dessa maneira que o sertão se constituiu numa fonte abundante de representações forjadas pelo imaginário social da época e pelas relações sociais que foram se configurando ao longo do tempo. (GUEDES, 2007: 6).*

Havia irregularidades na concessão de terras na capitania Ceará pelos seus capitães-mores. Esta prática está presente na documentação analisada por Gomes. Este fenômeno esteve presente no processo de ocupação dos sertões da América portuguesa. José Eudes Gomes (2009) apresenta como exemplo uma carta régia de 7 de dezembro de 1697 onde o rei informava ao governador e capitão-geral do Estado do Brasil que estava recebendo reclamações sobre o excesso de terras que estavam sendo concedidas a uma mesma pessoa.

Uma sesmaria de três léguas de comprimento e uma de largo era considerada o suficiente para uma pessoa cultivar e conceder-lhe mais que isso acabava por impossibilitar que outros a povoassem. Conceder várias sesmarias as mesmas pessoas resultava por deixar as terras desocupadas, pois não conseguiam povoar toda a terra. Isso, por sua vez, gerava descontentamento por parte dos que almejavam possuir sesmarias e devido a essa política de privilégios que beneficiava a poucos não obtinham.

De acordo com José Eudes Gomes (2009), o Conselho Ultramarinho reconhecia que a concessão de sesmaria e o provimento de postos e ofícios eram mecanismos essenciais para a construção da autoridade dos capitães mores no Ceará. Para a obtenção de sesmaria não havia obrigação de origem fidalga, portanto qualquer um poderia obter uma sesmaria desde que se comprometesse em ocupá-la e mantê-la produtiva. Este fato impulsionou as entradas rumo ao interior.

A conquista e a ocupação do Sertão do Rio Piranhas foi um processo que aconteceu gradativamente. A conquista se deu tanto pela administração portuguesa que, por meio de uma política de povoamento territorial, visava garantir a posse das terras do interior da Capitania da Parahiba através do processo de colonização que acabou por desencadear o

surgimento de povoações; e pela iniciativa privada de particulares à qual propiciou um sistema de ganho obtido por meio das sesmarias onde se favorecia o fortalecimento do domínio do poder local. (SARMENTO, 2007) Famílias acabaram por dominar o sistema de benesses e nomeavam pessoas de confiança para os postos militares locais, formando assim a primeira elite local baseada numa política de privilégios (GOMES, 2009).

Depois de abertas as veredas dos sertões, precisou-se de proteção para se garantir o tráfego de homens e animais. A proteção se deu através de guerras com o gentio e do povoamento das novas terras conquistadas a partir da instalação das fazendas de gado e da fundação de núcleos de povoação. Neste sentido o povoamento da região deu-se através do aumento do número de fazendas de gado e da doação de sesmarias aos colonos. Foi neste contexto que se desenvolveu o “(...) Arraial de Piranhas, acampamento militar oficialmente implantado no extremo Oeste paraibano e que veio a se tornar o seu primeiro núcleo de povoamento.” (SARMENTO, 2007, p. 16). O centro da administração do sertão estava, mesmo que extralegalmente, na Freguesia do Bom Sucesso (Pombal), a principal povoação do sertão colonial na Paraíba.

Para obtenção da data de sesmaria era necessário sustentar a terra povoada e produtiva por um período de aproximadamente cinco anos. O beneficiado recebia as terras em sesmaria por meio da doação de caráter hereditário e em troca eram obrigados a povoá-las e a pagar o dízimo da ordem de Cristo do que nela se cultivasse. A Coroa arrecadava a décima parte de tudo o que fosse produzido na sesmaria. O dono da sesmaria deveria sempre obedecer as ordens de Sua Majestade, além de confirmar a doação das terras recebidas através de sua ocupação efetiva dentro de três anos por meio de um novo documento, a carta de confirmação da sesmaria, pois caso contrário a doação seria anulada em favor do rei e as terras iriam ser doadas a outro sesmeiro.

Na maioria dos pedidos de sesmaria no Ceará, os conquistadores alegavam a criação do gado como motivo para a mercê de doação de terra. Os colonos declararam o risco de suas vidas e o investimento de seus recursos particulares na guerra contra o gentio e na conquista de terras para o gado em nome do rei. Todas essas alegações apareciam nos pedidos de sesmaria. Essa estratégia era utilizada pela mesma família com o intuito de garantir muitas léguas de terras. O fato de o gado ser criado solto nas pastagens justificava a obtenção de muitas léguas de terras pelos colonos.

Neste sentido, esta análise busca realizar uma abordagem sobre a História Regional a fim de ampliar as pesquisas em história sobre a temática do Alto Sertão paraibano no período colonial. Ênfase a necessidade de pesquisarmos espaços e contextos que ficam esquecidos,

sendo valorizados somente aspectos históricos nacionais ou temas já consagrados. Ao apresentar a temática regional, estamos salientando a necessidade de ampliarmos os objetos de estudos para avaliarmos melhor a história do país, valorizando as suas peculiaridades e em particular a dinâmica de conquista do sertão.

Nessa época já pode ser observada a luta pela terra dos sesmeiros com os índios e, depois, daqueles com os segundos colonos. Mesmo com sede na Capitania da Bahia de Todos os Santos, a Casa da Torre sempre esteve presente no sertão paraibano por meio de seus procuradores. Isso se mostra presente na documentação encontrada no Cartório I Ofício João Queiroga na atual cidade de Pombal (PB). Além da Bahia, podem ser encontrados na documentação procuradores das capitanias de Pernambuco. Podemos observar que pessoas de outros estados mantinham negócios no Arraial de Piranhas, representadas por seus procuradores que tinham pleno e geral poder para administrarem seus bens.

Neste primeiro momento da pesquisa podemos destacar na documentação analisada o atendimento do tabelião e o arranjo das testemunhas. “Eu Tabelião ao diante nomeado vim e sendo [aqui] aparecerão perante mim partes presentes ortogantes [sic]<sup>3</sup>”. Foi notado que documentos consequentes são referentes à mesma localidade como exemplo o caso da Ribeira do Rio do Peixe. O tabelião João do Rego Barros recebia em seu escritório pessoas advindas da mesma localidade, a fim de lavrarem em notas suas referidas escrituras para que assim estas ganhassem legitimidade perante a lei. Além da repetição da localidade verifica-se também a repetição das mesmas testemunhas relativo as escrituras do mesmo lugar. Pode-se observar em três escrituras de venda e uma de doação de terras na Ribeira do Rio do Peixe que as mesmas testemunhas aparecem em todos os documentos.

Na escritura de venda de terras no Sítio de Santa Rosa na Ribeira do Rio do Peixe teve como comprador o sargento-mor José Francisco de Almeida de Sá e como vendedor João Rodrigues Sarmiento, as testemunhas foram Manoel Meira de Conceição e Capitão Antonio José furtado de Mendonça.

Na escritura de venda de terras no Sítio do Currealinho na Ribeira do Rio do Peixe, o vendedor foi o Sargento mor João da Silva de Almeida de Sá e o comprador foi o Capitão Antonio José furtado de Mendonça, teve como testemunhas José Gonçalves reis Lisboa e José de Araujo Correa.

---

<sup>3</sup> “Escritura que faz o licenciado João Rodrigues Sarmiento e sua mulher Donna Francisca Bernardes de Sá ao Sargento mor José Francisco de Almeida da venda de setenta e oito mil trezentos e noventa e oito reis na data de Santa Rosa no logar de Posso da Pedra”. Cartório I Ofício João Queiroga, Livro de Notas de 1747, fl. 82v.



Na escritura de doação de terras no Sítio de Santa Rosa na Ribeira do Rio do Peixe que fez a viúva Maria de Sá a seu genro Francisco Tavares Benevides, teve como testemunhas José Gonçalves Reis Lisboa e José Antonio de Santa Rosa.

Na escritura de venda de terras no Sítio da Cajazeira na Ribeira do Rio do Peixe, o vendedor foi o Sargento mor José Francisco de Almeida de Sá e o comprador foi José Rodrigues Sarmiento, as testemunhas foram José de Araujo Correa que assinou pela vendedora Anna de Jesus e Maria mulher o sargento mor, pois não sabia escrever, Manoel Ferreira de Almeida e Sá e José Gonçalves Reis Lisboa.

Foi observado na documentação relativa a Ribeira do Rio do Peixe o fato de além da repetição da localidade verifica-se também a repetição das mesmas testemunhas. Em três escrituras de venda e uma de doação de terras as mesmas testemunhas apareceram em todos os documentos. As pessoas que buscavam o tabelião com o objetivo de lavrarem uma escritura seriam as mesmas que iriam ser de testemunhas nas outras escrituras.

O licenciado João Antunes Ferreira e o Capitão José Manoel da Silva Meira ambos moradores na Villa de Pombal são nomes que aparecem como testemunhas na maioria da documentação referente ao ano de 1787, principalmente quando o autor da escritura não sabia ler e escrever. Supõe-se que esses homens eram uns dos poucos da Villa de Pombal que tinham domínio sobre a escrita.

Percebe-se também o fato de que o sargento-mor José Francisco de Almeida e Sá e o sargento-mor João da Silva de Almeida e Sá presentes nas escrituras possuem o mesmo sobrenome, ou seja, provavelmente pertencem à mesma família. Isso afirma a possibilidade da existência de uma economia do bem comum que beneficiava uma mesma família. Já que possuir o título de sargento-mor significava ser uma pessoa detentora de prestígio na região e o fato de na mesma família possuir vários títulos a tornava uma família influente e de certa forma lhe dava certo poder em relação às outras.

As redes de poderes na sociedade paraibana, assim como nas outras capitanias, formaram-se com a ocupação e a conquista, montadas por redes familiares e de compadrio para garantir a organização política. A família era considerada como uma unidade institucional e social, mantida por laços de sangue e de casamentos.

As alianças eram feitas por meio do casamento ou herança. Essa era a forma encontrada para garantir uma política de privilégios e uma poupança social. Foi através das relações de parentesco que essas famílias se organizaram economicamente e mantiveram uma tensa autoridade local por meio da ocupação de postos militares e cargos de confiança dos centros políticos. A partir dos dotes pode-se perceber o movimento da riqueza colonial por

meio dos casamentos. Os laços estabelecidos entre as famílias pelo uso do casamento como um acordo se caracterizava na transferência de riquezas.

Ainda existe muito a se conhecer sobre o sertão colonial das ribeiras do Rio Piranhas. Esta pesquisa visa proporcionar para com a construção de um conhecimento histórico sobre o Alto Sertão da Paraíba que ainda tem muito a nos mostrar sobre seu passado colonial. Será a análise da documentação proveniente do Cartório I Ofício João Queiroga na atual cidade de Pombal (PB) que norteará essa pesquisa, pois se considera que dela emerge dados reveladores e inéditos acerca de relações sociais e comerciais na ribeira do Rio Piranhas. São pequenos vestígios que através de uma leitura cautelosa podem mostrar aspectos essenciais dessa sociedade sertaneja que estabelecia alianças e utilizava-se da influência de sua família com o objetivo de obter vantagens.

## REFERÊNCIAS

### Obras:

BLUTEAU, D. Raphael. **Vocabulário Portuguez e Latino**. Coimbra: No Colégio das Artes da Companhia de Jesu, 1712.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. **As milícias d'Rey: Tropas militares e poder no Ceará setecentista**. Niterói, 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense/UFF.

GUEDES, Paulo Henrique Marques de Queiroz. **A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)**. João Pessoa, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba/UFPB.

\_\_\_\_\_. **A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650-1730)**. Texto apresentado no XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo RS, Seminário Temático *Os Índios na História: Fontes e Problemas*, 15-20 de julho de 2007. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/ST07PauloH.pdf>>. Acessado em 30 de setembro de 2011

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MORAES, Ana Paula da Cruz de. **Nas veredas do Sertão de Piranhas (século XVIII)**. In: ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria; BURITI, Iranilson de Oliveira e SOUZA, Antonio Clarindo (orgs.). *Cultura e cidades*. 1ª Ed. Campina Grande: EDUFCC; 2009, pp 253-275.

\_\_\_\_\_. MORAES, Ana Paula da Cruz de. **Em busca da liberdade: os escravos no sertão do Rio Piranhas (1700-1750)**. João Pessoa: EDUFPPB, 2011.

SARMENTO, Christiane Finizola. **Povoações, Freguesias e Vilas na Paraíba Colonial: Pombal e Sousa, 1697-1800**. Natal, 2007, Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SEIXAS, Wilson. **O velho arraial de Piranhas (Pombal)**. 2 ed. João Pessoa: Grafset, 2004.

**Fontes:**

“Escritura de doação causa dotis que faz a viuva Donna Maria de Sá a seu genro Francisco Tavares Benevides de duzentos mil reis digo duzentos e setenta e dois mil reis oitocentos e sincoenta e sinco reis no Sítio de Santa Rosa na Ribeira do rio do peixe”. Cartório I Ofício João Queiroga, Livro de Notas de 1747, fls. 81v, 82 e 82v.

“Escritura que faz o licenciado João Rodrigues Sarmiento e sua molher Donna Francisca Bernardes de Sá ao Sargento mor José Francisco de Almeida da venda de setenta e oito mil trezentos e noventa e oito reis na data de Santa Rosa no lugar de Posso da Pedra”. Cartório I Ofício João Queiroga, Livro de Notas de 1747, fls. 82v, 83 e 83v.

“Escritura de venda do valor de Cento e vinte e seis mil duzentos e quarenta e seis reis no Sítio do Currálinho da Ribeira do Rio do Peixe que faz o Sargento mor João da Silva de Almeida e Sá e sua molher Donna Anna (...) Pereira ao capitão Antonio Jose furtado de Mendonça”. Cartório I Ofício João Queiroga, Livro de Notas de 1747, fls. 83v, 84 e 84v.

“Escritura de venda do valor cento e dezenove mil setecentos e quarenta reis no Sítio da Cajazeira na Ribeira do Rio do Peixe que faz o Sargento mor José Francisco de Almeida de Sá e sua molher Donna Anna de Jesus Maria ao licenciado Jose Rodrigues Sarmiento como abaixo se declara”. Cartório I Ofício João Queiroga, Livro de Notas de 1747, fls. 84v, 85 e 85v.